ATELIÊ GEOGRÁFICO ISSN:1982-1956

Espacialização das mortes violentas intencionais e tráfico na zona sul de Macapá: cartografia das territorialidades subversivas e facções criminosas

Spatialization of intentional violent deaths and trafficking in the south zone of Macapá: mapping of subversive territorialities and criminal factions

Espacialización de las muertes violentas intencionales y del narcotráfico en la zona sur de Macapá: mapeo de territorios subversivos y facciones criminales

Jorge Antonio Tavares Gomes Junior
Universidade federal do Amapá
jorge20141189@gmail.com

José Francisco de Carvalho Ferreira
Universidade federal do Amapá
zfcofer@unifap.br

Resumo: Este artigo visa analisar a atuação das facções criminosas locais na zona sul de Macapá por meio da espacialização de mortes violentas intencionais e tráfico de entorpecentes, sendo esse o caminho escolhido para observar os desdobramentos desse fenômeno nos fluxos cotidianos do espaço urbano e formação de espaços de medo. Entender esse processo permite aprofundar a discussão sobre o domínio dessas organizações e a formação de seus respectivos territórios e territorialidades, bem como uma cartografia sobre a capacidade de influenciar as relações estabelecidas em espaços vulneráveis, estimulando ações subversivas antagonizadas pelo ódio. Para auferir essas ações foram coletados dados sobre indicadores específicos, neste caso, mortes violentas intencionais e tráfico de entorpecentes em 2021. O mapeamento desses dados indicou a

concentração geográfica das territorialidades e os espaços por ela afetados, possibilitando a análise dos impactos da fixação desses sujeitos em papéis de protagonismo na articulação das ações no espaço urbano.

Palavras-chave: Espacialização. Territorialidade. Facções criminosas. Espaço urbano.

Abstract: This article aims to analyze the actions of local criminal factions in the southern area of Macapá by spatializing intentional violent deaths and drug trafficking, which was the chosen path to observe the unfolding of this phenomenon in the daily flows of urban space and the formation of spaces of fear. Understanding this process allows for a deeper discussion on the dominance of these organizations and the formation of their respective territories and territorialities, as well as a cartography of their ability to influence relationships established in vulnerable spaces, stimulating subversive actions antagonized by hatred. To assess these actions, data were collected on specific indicators, in this case, intentional violent deaths and drug trafficking in 2021. The mapping of these data indicated the geographic concentration of territorialities and the spaces affected by them, enabling the analysis of the impacts of the fixation of these subjects in leading roles in the articulation of actions in urban space.

Keywords: Spatialization. Territoriality. Criminal factions. Urban space.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar la actuación de las facciones criminales locales en la zona sur de Macapá a través de la espacialización de las muertes violentas intencionales y del tráfico de drogas, siendo este el camino elegido para observar los desarrollos de este fenómeno en los flujos cotidianos del espacio urbano y la formación de espacios de miedo. Comprender este proceso permite una discusión más profunda sobre el dominio de estas organizaciones y la formación de sus respectivos territorios y territorialidades, así como una cartografía de su capacidad para incidir en las relaciones que se establecen en espacios vulnerables, estimulando acciones subversivas antagonizadas por el odio. Para

evaluar estas acciones se recogieron datos sobre indicadores específicos, en este caso, muertes violentas intencionales y tráfico de drogas en 2021. El mapeo de estos datos indicó la concentración geográfica de los territorios y los espacios afectados por ellos, posibilitando el análisis de los impactos de la fijación de estos sujetos en roles protagónicos en la articulación de acciones en el espacio urbano.

Palabras clave: Espacialización. Territorialidad. Facciones criminales. Espacio urbano.

Introdução

O processo de formação do espaço e sua respectiva ocupação sempre estiveram alinhados ao surgimento de agentes que protagonizam as relações da sociedade com o meio. Pode-se dizer que na sobreposição de cada agente (econômico, político, social, tecnológico) ou na interseção entre eles é que surgem mecanismos de apropriação, posse ou influência dos espaços e sua consequente divisão.

Como novo ator que protagoniza as relações da sociedade com o espaço, o crime organizado delimita sua área de domínio utilizando violência, contravenções, homicídios, rivalidades, tráfico de entorpecentes e uma complexa rede de condutas delitivas que acabam por criar diversas áreas de tensão, reorganizando (desorganizando) o espaço usado por intermédio do medo, controlando o fluxo de pessoas e serviços.

Em âmbito local, essa discussão passou a ser essencial para se entender como as facções criminosas se tornaram um poderoso ator na criação de territórios paralelos e sua respectiva relação com a dinâmica de produção do espaço urbano na zona sul de Macapá, um espaço inundado pela territorialidade subversiva das facções.

O fenômeno da territorialidade contida na violência e na criminalidade das facções locais vem expressando o problema levantado neste artigo, isso graças ao seu elevado crescimento em Macapá, um processo recente, mas que já absorve a atenção da administração pública por conta de sua complexidade. Diante disso, seriam esses atores (facções criminosas) capazes de moldar novos territórios no âmbito das microescalas de poder, exercendo influência sobre a criação/manutenção de espaços de medo, uso/ocupação do espaço urbano, bem como nos fluxos de áreas vulneráveis da cidade?

Para esta pesquisa são analisadas as facções locais identificadas no relatório sobre narcotráfico e crime organizado na Amazônia Legal em 2022 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2022a), sendo Família Terror do Amapá (FTA), União Criminosa do Amapá (UCA) e APS (Amigos para Sempre).

Esses grupos, originários do estado do Amapá, têm recebido destaque nas ações da segurança pública e da mídia. Diante disso, um estudo sobre essa nova faceta do crime organizado, violência, interferência no

território e como esse poder paralelo ao Estado se manifesta na vida dos cidadãos viabilizará um melhor entendimento, contribuindo para buscas por possíveis soluções.

Com isso, temos uma hipótese que busca compreender se as territorialidades desses novos atores, observadas nos mapeamentos, podem ser capazes de interferir no crescimento e na produção do espaço urbano, nos fluxos de pessoas e serviços, polarizando espaços de medo caracterizados por práticas ilícitas e uso de violência.

Além dos pontos levantados até aqui, é importante ressaltar o objetivo principal deste trabalho, que busca analisar a cartografia das territorialidade das facções criminosas locais e sua capacidade de influência na produção do espaço urbano na zona sul de Macapá. Em linhas mais gerais, o caminho teórico percorrido para alcançar esse objetivo geral é orientado por um objetivo secundários igualmente importante, espacializar indicadores de criminalidade (homicídios e tráfico de entorpecentes) em 2021, na área de atuação do 1º Batalhão da Polícia Militar (BPM), com o intuito de verificar se existe relação desses com áreas de domínio do crime organizado; e, por fim, discutir os impactos causados pelo crime organizado em áreas vulneráveis da cidade.

Referencial teórico

Espaço e território

Para entender as novas perspectivas de organização/reorganização do território, territorialidades e sua dinâmica na produção do espaço urbano, deve levar-se em consideração o constante processo de modificação do espaço, não apenas o espaço natural, mas também o social, que, segundo M. Santos (1982), representa a essência das características do espaço geográfico, já que nele se identifica uma complexa estrutura de relações sob determinação social, sendo a sociedade uma espécie de expressão material visível graças à socialização da natureza do trabalho e à consequente estruturação de novas formas espaciais.

Nessa mesma ótica, pode identificar-se uma linearidade de pensamento presente nas análises de outra obra de M. Santos (1978), pois, para a ciência geográfica, o espaço relevante é o humano ou social. O autor ressalta que, embora esse deva ser considerado o objeto de estu-

do da Geografia, deve-se ponderar o risco de não se encontrar uma única definição e, por isso, o espaço a ser considerado deve ser o espaço que se apresenta diante de nós, aquele que é regulado pelas técnicas e preenchido por relações permanentes que acabam por ditar as necessidades materiais das pessoas, sendo esse o espaço do nosso tempo.

Também é importante se construir um arcabouço sobre o território a partir de teóricos que estiveram na vanguarda das análises sobre esse conceito para a Geografia. Ratzel 1898 apud Moraes, 1990, p. 61, em seu determinismo geográfico, discute a ideia de construção do território pautada no domínio do Estado Nacional e sua relação com o povo, existindo aí uma expressão territorial alinhada à ideia de "Nação". Contrapondo esse pensamento, Souza (2008a) entende os territórios na perspectiva de um caráter cíclico, afirmando que esses podem ser construídos e desconstruídos por meio de uma rede de relações sociais, sem a necessidade de estarem atrelados ao poder do Estado.

Raffestin (1993) também ressalta que o território é o espaço apropriado por uma relação de poder (exercida por um ator) que se expressa em todos os substratos das relações sociais ao se apropriar de um espaço. Concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço, ou seja, "o território se forma a partir do espaço e é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível" (Raffestin, 1993, p. 143).

Geografia da violência no espaço urbano

Adentrando o escopo das discussões sobre a violência no Brasil e sua relação com o espaço urbano, não há como negar o fato de que tais elementos estão no centro das microescalas de poder que hoje configuram a organização espacial das cidades, da sociedade e suas dinâmicas territoriais.

Materializadas na figura de poderosos atores que se fortalecem na fragilidade e insuficiência do Estado como garantidor do bem comum, essas forças se articulam, tornando se eficientes organizações capazes de moldar territórios muito além das áreas caracterizadas por Favelas e Comunidades Urbanas[1] e que reproduzem uma cultura de controle baseada no medo.

1 Favelas e comunidades urbanas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,2024, p.

O termo "Favelas e comunidades urbanas" utilizado pelo IBGE para se referir as áreas urbanas com ocupação irregular do solo e que apresentam condições sociais e econômicas mais precárias, é empregado neste trabalho considerando as especificidades de Macapá, ou seja, se adequa as áreas periféricas da cidade que, segundo Girelli (2009) engloba a compreensão da expressão regional Ressacas, usada para referir-se tanto ao bioma de bacias de acumulação de água quanto ao processo de ocupação irregular destes espaços através de moradias em sistema de Palafitas .

Assim, utilizando a contribuição teórica da autora juntamente com a nomenclatura usada pelo IBGE, tem-se a adaptação ao termo espaços sensíveis de comunidades urbanas vulneráveis, expressão que será empregada para referir-se as zonas de tensão e espaços de medo estigmatizados pelas territorialidades das facções criminosas.

Atentar à formação do espaço urbano a partir dessas estruturas e com olhar especial para as territorialidades que tencionam as conflituosas relações de poder em áreas vulneráveis também significa observar o contexto da desorganização socioespacial do crescimento urbano. É justamente nesse ensaio de observação e análise da interação de processos políticos, sociais, econômicos, religiosos e culturais que esses agentes se qualificam como sendo capazes de materializar a produção e o consumo e influenciar as relações, desde que para isso se tenha um espaço em condições propícias.

Qual seria, então, o palco dessas dinâmicas? Esse espaço capaz de absorver a massa crítica e, sobretudo, possível de ser socializado. Para Becker, Miranda e Machado (1990), a essência do que hoje se compreende por espaço urbano vem sendo construída na lógica das forças produtivas, símbolos e informações; o urbano estaria apto a produzir mudanças nas formas de controle social estabelecidas pelas relações de poder, sendo a urbanização do espaço a melhor expressão desse processo, uma vez que ele ocorre de forma semelhante em vários pontos do território.

01), são territórios populares originados das diversas estratégias utilizadas pela população para atender, geralmente de forma autônoma e coletiva, as suas necessidades de moradia e usos associados (comercio, serviços, lazer, cultura, entre outros), diante da insuficiência e inadequação das políticas públicas e investimentos privados dirigidos a garantia do direito a cidade.

Esse espaço urbano é também o espaço do Estado, pois sua apropriação justificada por nuances legalistas permite que o agente público seja capaz de regular a expansão urbana, que na visão de Becker, Miranda e Machado (1990) alimenta a possibilidade de manipulação desse espaço, seja por um viés abstrato – existente no consentimento ativo da ideia de bem estar social da população – ou concreto, sob a forma fixa de estruturas residenciais, comerciais, públicas, vias de deslocamento e o próprio mercado de trabalho. Assim, as autoras entendem que esse agente (por vezes ineficaz e em outras, eficiente) modelador do urbano tornou-se capaz de mover ou isolar a massa social no espaço de acordo com seu assalariamento, endividamento e cooptação social. Um exemplo claro desse processo na cidade de Macapá está materializado nas políticas públicas habitacionais, como os conjuntos residenciais São José, Açucena, Mucajá, Vila das Oliveiras e tantos outros espalhados pela cidade.

Crime organizado e facção criminosa

Pensar o crime organizado nos conduz, inevitavelmente, a uma análise associativa das mais variadas condutas delitivas diretamente ligadas a grupos criminosos, o que, de certo modo, não está equivocado. Marcos Silva (2018) entende que a definição conceitual está ligada ao objeto da ação, ou seja, para ele, o crime organizado deve ser entendido como produto da atividade das organizações criminosas que caracteriza as ações desses sujeitos.

Ainda na perspectiva conceitual, a Criminologia aponta um caminho alternativo que amplia o emprego desse termo utilizado para descrever agentes e ações. Sendo assim, temos um oportuno instrumento capaz de contribuir para a definição e caracterização típica do crime organizado, apresentando-se como um fenômeno sociológico e, em particular, criminológico da organização sistematizada e da ação dos indivíduos que a praticam.

Ao abordar a Criminalidade e suas relações com o território e o desenvolvimento, Petri (2014) reforça que as condutas observadas se caracterizam como desvios comportamentais que fogem à normalidade do que é tolerado socialmente, mas ressalta a necessidade de diferenciar o desvio do crime: nem todo desvio pode ser considerado crime.

O autor ainda observa o crime e o desvio na perspectiva sociológica da teoria funcionalista. Em linhas gerais, esses desvios fluem como resultado das tensões estruturais e materiais, e pela própria ausência de regulação moral do meio social. Na prática, esses resultados apontam um direcionamento na tentativa de explicar a conduta dos desvios e ações criminosas dentro das forças sociais. Assim, o comportamento conflitante do indivíduo com seu próprio meio social gera tensões que estigmatizam certos grupos sociais como resultado de uma anomia de valores coletivos.

A definição do termo facção criminosa está atrelada a uma forte carga ideológica. Latuf (2020) considera o fato de que determinados grupamentos de indivíduos, de acordo com a natureza de seus atos delitivos, podem ou não ser compreendidos como facções, a exemplo do cotidiano empresarial cujo grupo de funcionários se utiliza de práticas contábeis fraudulentas ou crimes tributários. Certamente haverá um poderoso hiato em conferir a esse grupo o rótulo de facção criminosa; isso evidencia que o atual entendimento se alinha, cada vez mais, a um enquadramento taxativo do universo carcerário e de sua organização articulada fora dos presídios.

Por esse caminho, Latuf (2020) passa a questionar a inflexibilidade do termo, na medida em que se destina somente aos grupamentos relacionados aos sujeitos em privação de liberdade ou que no gozo dela se tornam membros desses grupos e praticam ações criminosas. Sendo assim, a autora questiona se é possível existir facções não criminosas ou se o crime organizado, de algum modo, pode também ser desorganizado. Tal indagação mostra justamente que não é tarefa simples compreender essa análise conceitual, mas que a literatura vem tornando sólido o entendimento de que a nomenclatura corresponde a um grupo de indivíduos organizados hierarquicamente e que surge na defesa dos interesses da comunidade carcerária.

Shimizu (2011) reforça esse entendimento por meio de uma análise criminológica da psicologia das massas, com enfoque nas relações das facções criminosas, e retoma a definição apoiada nas demandas sociais, estruturais e dos direitos humanos nas prisões, formando grupos que, nitidamente, são reconhecidos por suas ações de insurgência contra o sistema prisional e fora dele, sendo a referida terminologia

reproduzida pela mídia. Ou seja, como diz Shimizu (2011, p. 83), "são os grupos indicados por veículos midiáticos, autoridades e sociedade em geral, apresentando relações de solidariedade e gregarismo, sob o lema da defesa dos direitos da massa carcerária e adotando práticas criminais tipificadas fora dos presídios", podendo ser acrescentados ao final a busca do lucro e o fortalecimento da facção.

Materiais e métodos

A metodologia deste trabalho considera revisão bibliográfica, levantamento/organização das amostras estatísticas, análise/interpretação e, por fim, discussão dos resultados. A revisão de literatura é base essencial na composição desta pesquisa, uma vez que dela foram extraídos estudos de caso e autores com afinidade à temática da geografia da violência urbana no Brasil e no mundo, além dos aspectos gerais na escalada do crime organizado, discutindo a capacidade de interferência da territorialidade das facções na organização dos espaços.

Foram coletados dados estatísticos sobre delitos cometidos no recorte espacial deste trabalho em órgãos de segurança pública no período de 2021, mais especificamente os registros de boletins de ocorrência (documentos materiais) de Mortes Violentas Intencionais (MVI)) e tráfico de entorpecentes na zona sul de Macapá, perante o departamento de estatísticas do Centro Integrado de Operações de Defesa Social (CIODES).

Esses registros foram utilizados como indicadores criminais, posto que, nos últimos anos, investigações de órgãos como Secretaria de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP/AP) e Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) têm verificado sua intensa relação com facções criminosas locais e megafacções, fato corroborado pelos recentes Anuários Brasileiros da Segurança Pública (ABSP) e pelo relatório sobre cartografia da violência e crime organizado na Amazônia Legal (FBSP, 2019, 2021, 2022a, 2022b).

De posse desses dados, fez-se a espacialização dos indicadores criminais, as ferramentas de tratamento dos dados geográficos (Google Earth e QGIS) disponíveis permitiram visualizar em quais espaços se concentram essas ocorrências.

Prognóstico da área de estudo

Para melhor compreensão desses processos em Macapá, um prognóstico da malha urbana e toda a sua espacialidade se faz necessário. Trata-se de uma área de 6.563.849 km² e uma população estimada em pouco mais de 522 mil habitantes, segundo projeções do IBGE (2021), um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,733 e densidade demográfica de 62,14 hab/km². Ainda de acordo com o IBGE (2019), Macapá foi responsável por cerca de 65,35% do PIB do estado, características que ressaltam a importância da cidade, que atualmente conta com 64 bairros.

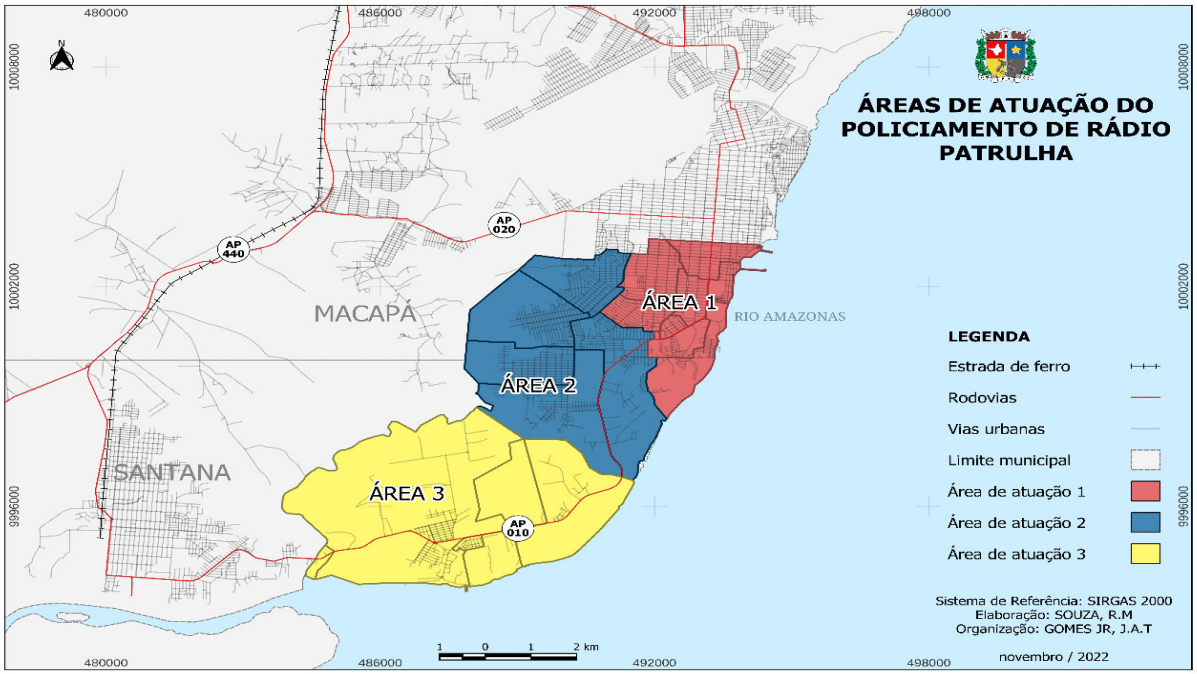
A ocupação do espaço urbano em Macapá é permeada pela controvérsia em diversos aspectos, caminhando por questões sociais, econômicas, ambientais e culturais. O fato é que essas áreas foram gradativamente ocupadas sem nenhum tipo de planejamento público e, ao longo dos anos, tomaram forma na atual configuração do perímetro urbano da capital, uma contínua ocupação que gerou, inclusive, subdivisões espaciais (loteamentos irregulares e bairros que não existiam oficialmente nos registros da administração municipal), conforme Tostes (2020), e constatadas no georreferenciamento realizado pela prefeitura de Macapá (2020).

Outro ponto a ser destacado nessa expansão é a ocupação irregular dos sistemas físico fluviais colmatados existentes dentro da cidade, conforme Tostes (2020); uma parte dessas áreas úmidas conhecidas como ressacas sofreram aterramentos, tornando-se ruas, becos e vias de acesso que hoje caracterizam a configuração espacial dos bairros. A outra parte dessas áreas de ocupação irregular permaneceu sobre a estrutura de palafitas, áreas periféricas que se encontram no centro de alguns desses bairros ou em sua borda, marcando um quadro de contradições entre as reais ações de uso e ocupação do solo e as diretrizes cingidas no plano diretor.

De todo modo, a zona sul da capital amapaense é o recorte espacial mais adequado para subsidiar esta pesquisa, uma vez que nela se encontram os principais atores (facções criminosas) que operam na cidade, responsáveis pela disputa de poder e controle, existindo pontos de interseção territorial e a possibilidade de observação da sua territorialidade em espaços sensíveis e que coincidem com bairros historicamente marginalizados, áreas de periferia, ressacas e conjuntos habitacionais públicos, sendo quatro (dos cinco principais da capital) localizados na área sul.

Outro fator importante relativo ao recorte espacial citado é que ele corresponde à área de atuação de radiopatrulhamento[2] do 1º BPM, sendo esse responsável pelo policiamento da zona sul de Macapá desde a promulgação do Decreto 079/1991, que instituiu ao órgão de execução uma área de policiamento dividida em quatro Unidades de Policiamento Comunitário (UPC), sendo essas compostas por 19 bairros (atualmente). A área de estudo é próxima ao mapa administrativo do zoneamento urbano da prefeitura de Macapá, especificamente da zona sul, apresentando similaridades nos limites intrabairros. Ao norte, a avenida Feliciano Coelho; ao sul, o distrito da Fazendinha e o Igarapé da Fortaleza; e a leste, o rio Amazonas e o bairro Novo Buritizal definem os limites, conforme o Mapa 1.

Mapa 1– Recorte espacial da área de estudo: área de atuação 1º BPM, zona sul de Macapá



Fonte: Organizado pelo autor.

2 Radiopatrulhamento: doutrina policial preventiva/repressiva cuja ação imediata orienta-se pelo emprego das técnicas policiais no âmbito da presença, observação e intervenção diante de condutas delitivas e que conta com o apoio de uma central de operações (Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, lei complementar 893/2001)

Resultados e discussão

Para se entender as facções criminosas locais no Amapá, principalmente na capital Macapá, é necessário olhar para as formas variantes de atuação e organização das estruturas desses grupos, que seguiram o mesmo padrão das demais regiões brasileiras, alicerçando se como atores locais. Na Amazônia, esse dinamismo não ocorre de forma isolada; segundo o relatório sobre cartografias da violência na Amazônia (FBSP, 2022a), ele compartilha o mesmo pano de fundo das maiores organizações criminosas brasileiras, sendo o modelo tradicional da organização carcerária uma de suas características mais marcantes, logo quase todos esses grupos nasceram dentro dos presídios e se tornaram poderosos atores coercitivos com interesses externos.

A localização do estado – com fronteiras para a Guiana Francesa, local de saída para a Europa – e uma rede fluvial extensa são atrativos geográficos para as facções. No Amapá, além das conhecidas como FTA e UCA, há também outra facção local importante no xadrez das territorialidades do crime organizado no estado, identificada como APS. Juntamente com as megafacções, elas se tornaram os principais atores do crime organizado no estado, segundo Adorno e Muniz (2022).

Na prática, esses grupos se tornaram capazes de exercer territorialidades na área urbana, alcançando proporções que ainda não haviam sido experimentadas pela sociedade. Outro fator importante está na característica das áreas de maior influência das facções, as ressacas e conjuntos habitacionais. No caso das ressacas da zona sul de Macapá, vários bairros se formaram a partir das áreas úmidas, dando origem a diversos espaços sensíveis e Comunidades Urbanas vulneráveis.

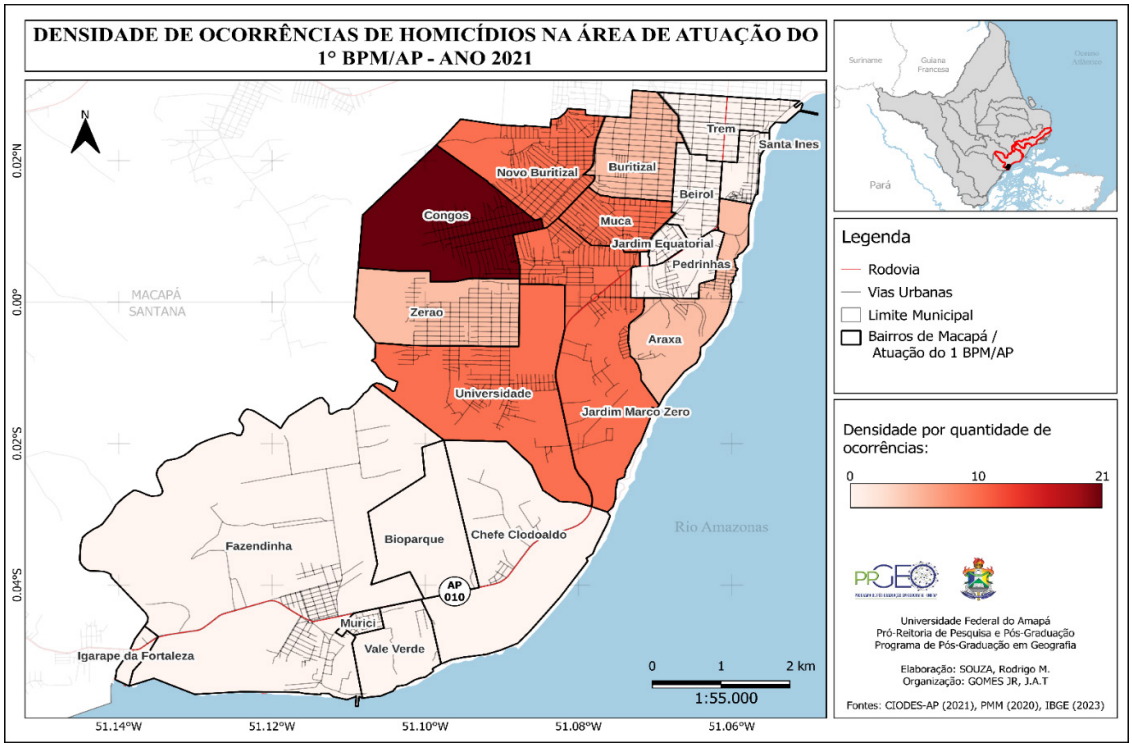
Um único bairro possui diversas ressacas com residências em estruturas de palafita; muitas dessas palafitas vizinhas abrigam diferentes facções ou até mesmo reúnem faccionados num mesmo aglomerado. Nos conjuntos habitacionais da zona sul, o processo se repete, mas dentro de blocos residenciais e apartamentos, uma lógica permeada por uma interseção territorial que escancara seu lado mais perverso em períodos de conflitos entre esses sujeitos.

Os conflitos entre as próprias facções criminosas ajudaram a elevar o índice de MVI em 2021, fato que colocou o Amapá como o estado com a maior taxa do país, com 53,8 homicídios por 100 mil habitantes, somasse a isso intervenção policial que também reflete o esforço em conter o avanço desses grupos já que o estado possui o maior índice de letalidade policial do país, sendo em média de 14 mortes por 100 mil habitantes, segundo o ABSP (2021).

Tabela 1 – Mortes violentas intencionais (Macapá): 2020/2021

	SUBTIPOS									
	Crimes violentos letais intencionais (CVLI)						Policiais civis e militares mortos em situação de confronto (núm. absol.)		Morte decorrente de intervenção policial (em serviço e fora de serviço) (núm. absol.)	
	Homicídio doloso (núm. absol.)		Latrocínio (núm. absol.)		Lesão corporal seguida de morte (núm. absol.)					
CAPITAL Macapá	**2020**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**	**2021**
	151	184	4	18	13	9	-	-	79	119

Fonte: FBSP (2022 a).



Mapa 2 – Densidade de ocorrências de homicídios na área de atuação do 1º BPM/AP: 2021

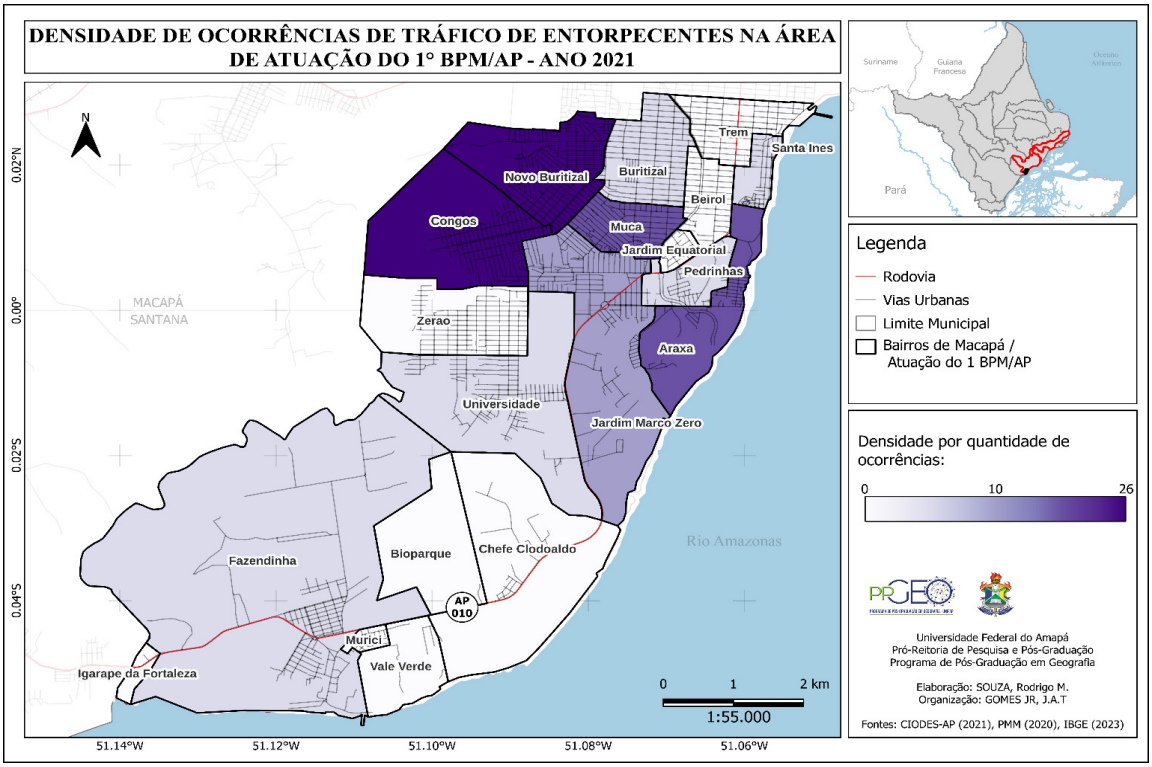
Fonte: Organizado pelo autor.

Quadro 1: bairros da zona sul de Macapá com maior densidade de Mortes Violentas Intencionais/2021

Densidade de homicídios/2021
1ºCongós
2ºMuca/Jardim Marco Zero/Universidade/Novo Buritizal
3ºZerão/Araxá/Buritizal
4º

Fonte: Organizado pelo autor.

Os dados da Tabela 1 e sua respectiva espacialização (Mapa 2) corroboram o atual cenário das MVI na capital. Os números absolutos dos anos 2020/2021 apresentam uma taxa de variação de 31,2% de aumento no índice de homicídios, o segundo maior do país, atrás somente de Manaus. É importante mencionar que os números desse indicador estão espacializados por toda a cidade de Macapá, com grande parte dos crimes contra a vida ocorrendo na zona sul (e que serão abordados mais detalhadamente nesta pesquisa). Além disso, tem-se na figura das MVI uma poderosa ação subversiva capaz de expressar uma territorialidade que geralmente está ligada às facções criminosas, direta ou indiretamente.



Mapa 3 – Densidade de ocorrências de tráfico de entorpecentes na área de atuação do 1º BPM/AP: 2021

Fonte: Organizado pelo autor.

Quadro 2 – Densidade de tráfico de entorpecentes: 2021

Densidade de tráfico de entorpecentes/2021
1ºCongós/Novo Buritizal
2ºMuca/Araxá
3ºJardim Marco Zero
4ºUniversidade/Santa Inês/Buritizal/Fazendinha

Fonte: Organizado pelo autor.

Tabela 2 – Tráfico de entorpecentes, posse e uso de entorpecentes: 2020/2021

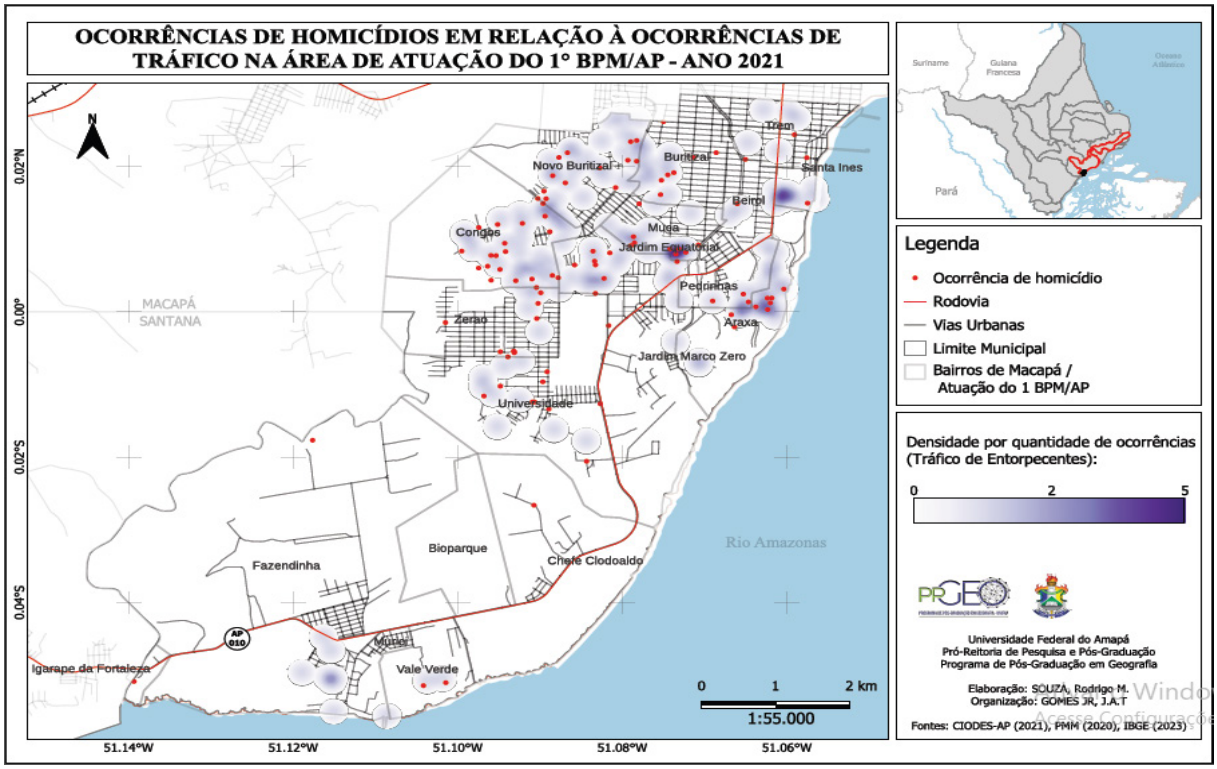
MACAPÁ	Tráfico de entorpecentes (núm. absol.)		Var. (%)	Posse e uso de entorpecentes (núm. absol.)		Var. (%)
	2020	2021		2020	2021	
	447	520	+14,2	106	156	+44,5

Fonte: Organizado pelo autor.

Os números da Tabela 2 revelam dados das territorialidades do tráfico em Macapá. Observa-se o gradual aumento dos casos relacionados ao tráfico de entorpecentes e de indivíduos ligados à posse e/ou uso, muitos dos quais possuem vínculo com o crime organizado e que acabam por fortalecer a logística clandestina utilizada para sua aquisição e distribuição.

O Mapa 3 espacializa o aumento dessa ação subversiva, levando a desdobramentos em que esses atores se comportam como todas as facções que disputam mercado, vivendo em constante litígio, com cada porção da cidade disputada pelos grupos e os conflitos se acentuando entre facções rivais ou em confronto com as forças de segurança.

As ações das organizações criminosas locais adentraram o espaço urbano de Macapá, afetando sua produção. Esses atores vêm exercendo a ação subversiva de suas territorialidades nos espaços sensíveis da Comunidades Urbana vulnerável, bem como em espaços nobres, por meio de sua dinâmica criminal satélite, interferindo nos espaços públicos e privados, nos fluxos e atividades, sejam elas econômicas, sociais, culturais ou recreativas.



Mapa 4 – Ocorrências de homicídios em relação a ocorrências de tráfico na área de atuação do 1º BPM/AP: 2021

Fonte: Organizado pelo autor.

Para sintetizar os resultados e assim compreender a dinâmica de influência desses atores na área estudada, outro mapeamento foi realizado (Mapa 4) cruzando as MVI registradas em 2021 com os casos georreferenciados de tráfico da área naquele mesmo ano. A conclusão dessa espacialização foi esclarecedora sob o ponto de vista da relação dos dois indicadores, pois os espaços com maior densidade de tráfico (em manchas rochas) também concentraram várias das mortes violentas, basta observar os bairros Jardim Marco Zero, Novo Buritizal, Congós e Araxá.

Considerações finais

São as facções criminosas locais com maior destaque nos relatórios do FBSP (2019, 2021, 2022a, 2022b) as FTA, APS e UCA, que figuraram como sendo importantes no âmbito das territorialidades em Macapá. No caso desta pesquisa, foi possível observar que grande parte das territorialidades MVI e tráfico de entorpecentes possuem grau ligação com esses atores, ou seja, são praticados por eles de forma a obter

influência sobre certas áreas da zona sul da cidade e, como dito anteriormente, têm a capacidade de obter controle indireto de áreas com grande concentração dessas territorialidades – como também direto, pois o Estado não possui capacidade para estar nos espaços sensíveis de maneira constante. Assim foi possível compreender que as ações de intervenção por parte das autoridades são, na grande maioria, movimentos ostensivos discricionários, orientados pelo uso legal da força.

Ainda no sentido de abordar a influência desses grupos, temos um domínio territorial que se aproveita da ausência de políticas públicas efetivas, seja para gerar oportunidades à população ou para construir um espaço urbano com dignidade. A zona sul passou a apresentar manchas de indicadores cada vez mais densos, subvertendo o direito à cidade das pessoas que residem nos espaços sob domínio das facções, e se existe uma força capaz de exercer influência coercitiva sobre o urbano, teremos da mesma forma territórios que serão produtos de territorialidades praticadas por grupos criminosos.

As facções vem provocando a deterioração da coesão social, em que o nicho social com maiores condições de oportunidade passa a alimentar o discurso de que, nas áreas periféricas ou de grande interferência do crime organizado, o espaço urbano que vem sendo produzido é um espaço urbano marginal. Isso se torna ainda mais verdade quando se percebe a distribuição do bônus e ônus do direito à cidade, sendo inevitável questionar se os espaços territorializados pelas ações subversivas possuem acesso igualitário a serviços e oportunidades, à cidadania ativa fortalecida pela democracia participativa, ao desenvolvimento sustentável urbano equilibrado e responsável, à justiça social fomentada pela redução das desigualdades econômicas e sociais, à qualidade de vida pautada no melhoramento dos serviços públicos/infraestruturais ou à participação comunitária capaz de garantir o engajamento dos cidadãos nas decisões urbanas.

Quanto ao tráfico, precisamos entender as características desses espaços. Primeiro as especificidades urbanísticas merecem destaque, uma vez que estamos falando de áreas com densidades populacionais elevadas, e é aqui que temos inúmeras atratividades para as práticas subversivas das facções: são áreas superpovoadas, com grande facilidade para o anonimato e a clandestinidade necessários à territorialidade

do tráfico. Outro fator urbanístico recai sobre o aspecto primário da falta de segurança nos espaços mais sensíveis desses bairros e secundários quanto à ingerência pública de manutenção de espaços degradados ou até mesmo a falta de iluminação pública.

É importante destacar que não se atribui a esses espaços o termo "vulnerável" em função de suas características sociais ou físicas, mas sim de seus aspectos espaciais de concentração das territorialidades verificadas no mapeamento dos indicadores tráfico e homicídios (MVI). Ao mesmo tempo, seria incoerente não entender que esses espaços na zona sul de Macapá apresentam uma relação direta com a pobreza e a desigualdade geradas pela violência inercial, uma vez que condições urbanísticas precárias oferecem uma melhor arquitetura para circulação necessária as fações e a realização do tráfico.

Contextualizar esse cenário é importante para as territorialidades que se espalham pelos bairros da zona sul de Macapá e que definem o aspecto subjetivo do espaço urbano existente, modificando a forma como a população vê ou sente o espaço pelo qual transita ou reside, redefinido a morfologia do urbano em espaços de medo. Sejam nos espaços com menor densidade dos indicadores mapeados ou naqueles com maior concentração, as territorialidades subversivas das facções são inevitavelmente sentidas em maior ou menor grau, interferindo no espaço e em seus fluxos.

Referências

AMAPÁ. Decreto nº 079/1991. **Criação do 1º Batalhão da Polícia Militar e sua área de atuação**. Diário Oficial do Estado, Macapá, 31 maio 1991.

BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Mariana H. P. de; MACHADO, Lia O. **Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília: Ed. UnB, 1990.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019**. São Paulo: FBSP, 2019. v. 14. Disponível em: https://tinyurl.com/4b4njhdv. Acesso em: 6 dez. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020/2021**. São Paulo: FBSP, 2021. v. 15. Disponível em: https://tinyurl.com/5497zfx9. Acesso em: 2 dez. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias das violências na região amazônica: relatório final**. São Paulo: FBSP, 2022a. Disponível em: https://tinyurl.com/2s39napj. Acesso em: 18 jan. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. São Paulo: FBSP, 2022b. v. 16. Disponível em: https://tinyurl.com/ycenz5r6. Acesso em: 3 dez. 2022.

GIRELLI, Cristiane Corrêa. **Ocupações irregulares em áreas úmidas: análise da moradia na ressaca Chico Dias e as consequências para o ambiente urbano**. Macapá, 2009. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas) – Universidade Federal do Amapá.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: http://www.ibge.gov.br. Acesso em: 23 jul. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Dinâmicas da violência no território brasileiro: Amapá. Brasília: IPEA, 2023. Disponível em: https://tinyurl.com/mvkex96a. Acesso em: 14 jan. 2025.

LATUF, Julia Rosa. **Garantismo e facções criminosas – Correlação da teoria garantista com o surgimento e a existência do Primeiro Comando da Capital**. Revista Liberdades, São Paulo, v. 20, p. 10-35, set.-dez. 2020. Disponível em: https://tinyurl.com/yc25twb9. Acesso em: 21 ago. 2022.

LEFEBVRE, H. (1968). **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Centauro.

LEFEBVRE, H. (1970). **A revolução urbana**. Tradução de Maria Lúcia Pereira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

MACAPÁ. **Prefeitura de Macapá oficializa 36 novos bairros na capital**. Secretaria Municipal de Habitação e Ordenamento Urbano, Macapá, 8 set. 2021. Disponível em: https://tinyurl.com/bdds74v2. Acesso em: 11 fev. 2023.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **A antropogeografia de Ratzel: indicações. Ratzel: geografia. Tradução**. São Paulo: Ática, 1990. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Moraes_ACR_62_1533216_AAntropogeografiaDeRatzel.pdf. Acesso em: 23 fev. 2024.

PETRI, Flavio. **Criminalidade e suas relações com o território e o desenvolvimento: aspectos teóricos e um breve retrato das cidades polo do vale do Itajaí**. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Departamento de Ciências Humanas e Comunicação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2014.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1978.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.

SHIMIZU, Bruno. **Solidariedade e gregarismo nas facções criminosas: um estudo criminológico à luz da psicologia das massas**. São Paulo: IBCCrim, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). Geografia: conceitos e temas. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008a. p. 77-116.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008b.

TOSTES, José Alberto (org.). **Distintos olhares do Plano Diretor: desenvolvimento urbano e ambiental de Macapá – 2004**. Macapá: Ed. Unifap, 2020. Disponível em: https://tinyurl.com/mr48yb6w. Acesso em: 13 mar. 2023.

Jorge Antônio Tavares Gomes Junior

Mestre e Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. Atualmente é professor efetivo da rede estadual de educação do Amapá e Cabo da Polícia Militar do estado do Amapá.
Universidade Federal do Amapá, Reitoria, DFCH / PPG-MDR. Rodovia Juscelino Kubitschek - de 1670/1671 ao fim. Universidade. 68903419 - Macapá, AP – Brasil
E-mail: jorge20141189@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0006-9393-3919

José Francisco de Carvalho Ferreira

Doutor em Geografia e Planeamento Territorial pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa (UNL), graduado em Geografia e Desenvolvimento Regional pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa.
Atualmente, é professor da Universidade Federal de Amapá, onde atua na Licenciatura Plena em Geografia e nos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável (PPGDAS) e Em Estudos de Fronteira (PPGEF).
Rodovia Josmar Chaves Pinto, CEP: 68903-419, Macapá (AP).
E-mail: zfcofer@unifap.br.
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-8266-166X

Recebido para publicação em maio de 2025
Aprovado para publicação (versão final) em março de 2026